

CAPÍTULO 2:

Entre o texto e contexto: a construção do conhecimento da realidade social na área do Serviço Social

Pâmela Rocha Nascimento
Adriana Freire Pereira Ferriz

Introdução

O texto a seguir trata-se de um ensaio teórico extraído da fundamentação teórica da dissertação do curso de mestrado, intitulada “Tendências Contemporâneas da Produção de Conhecimento em Serviço Social no Nordeste: um estudo bibliográfico sobre o exercício profissional na educação”. Esta iniciativa tem como objetivo a divulgação do conhecimento científico, com o intuito de publicizar os principais aspectos da discussão teórica e contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico e profissional sobre o conhecimento produzido pelo Serviço Social.

Para fins desta discussão, buscamos apresentar reflexões críticas, com destaque para o arcabouço histórico, teórico e metodológico que sustenta a análise dos elementos primordiais que caracterizam a interação entre o Serviço Social e a teoria social crítica, o que impulsionou o avanço da profissão no processo de construção e consolidação do conhecimento desenvolvido por assistentes sociais e impôs à profissão exigências teóricas e intelectuais para oferecer respostas concretas às circunstâncias impostas pelas relações sociais.

As reflexões aqui apresentadas têm como base os principais fundamentos do conhecimento para a compreensão e análise da realidade social. Essa abordagem é embasada na perspectiva crítica, que adota a visão teórico-metodológica marxiana, utilizando-a como método de investigação da realidade em sua dinâmica histórica. Isso implica em tratar a vida cotidiana como um ambiente de reprodução social (Netto; Carvalho, 1996), a partir de um referencial teórico clássico que resgata a história do Serviço Social e reflete sobre o contexto da construção do conhecimento social, permitindo-nos examinar os aspectos que moldam e singularizam o saber produzido no campo no Brasil.

Como método de pesquisa, essa abordagem exige uma compreensão profunda da realidade, que é analisada a partir das diferentes perspectivas de mundo e aplicada ao objeto de estudo que guia a ação do pesquisador (Netto, 2011b). A construção do conhecimento social está centrada na vida cotidiana, que é o espaço onde mulheres e homens reproduzem uma totalidade em suas singularidades, tudo dentro de um contexto histórico específico (Netto; Carvalho, 1996). O Serviço Social está intrinsecamente ligado à história desse conhecimento, atuando como participante ativo ou como observador/investigador dessa realidade (Baptista, 1992). Por fim, ao analisarmos a traje-

tória histórica da profissão, buscamos destacar como o Serviço Social consolidou-se enquanto área de conhecimento, estabelecendo suas bases teóricas e práticas no cenário nacional.

Perspectivas teóricas sobre o conhecimento social em matéria de Serviço Social

O Serviço Social, enquanto profissão inserida no dinamismo da realidade, é compreendido a partir de sua historicidade. Mesmo que a construção do conhecimento possa parecer difusa, ela traz consigo as marcas de sua época. Assim, o ato de conhecer e produzir conhecimento não deve ser dissociado. Igualmente ocorre na construção do conhecimento na área. Como resultado, na realidade concreta, o Serviço Social “[...] constrói o ‘concreto pensado’ sobre o seu fazer cotidiano, traduzindo de modo consistente e rigoroso, a sua função profissional particular” (Silva, 1992, p. 164).

A análise aqui proposta busca elucidar como o Serviço Social, ao longo de seu processo de consolidação na sociedade, constrói seu corpo de conhecimento. Isso envolve a articulação de saberes que influenciam as práticas profissionais, moldam o pensamento crítico e se refletem na produção científica da área (Silva, 1992). Para isso, é necessário revisitar momentos-chave da história do Serviço Social que evidenciam esse processo. A trajetória da construção do conhecimento na área é indissociável do processo de institucionalização da profissão no Brasil. Podemos identificar dois momentos significativos que definem esse processo ao longo do tempo:

- A natureza sócio-histórica do conhecimento produzido pelo Serviço Social;
- A consolidação do Serviço Social como produtor de conhecimento social.

Neste texto, examinaremos os aspectos que moldam e singularizam o conhecimento gerado no campo do Serviço Social no Brasil. Esses aspectos abrangem os dois momentos que identificamos na literatura como elementos fundamentais que delineiam a construção do conhecimento social na área e a consolidação do Serviço Social como produtor de conhecimento.

Para introduzir essa discussão, recorreremos a conhecimentos já estabelecidos que sustentam as fontes teóricas que permeiam o campo do Serviço Social. O objetivo é construir um entendimento da realidade contemporânea, à luz de uma perspectiva teórica crítica característica da produção científica dessa profissão. Isso ocorre através da integração de assistentes sociais em ações concretas (Baptista, 1992).

A natureza sócio-histórica do conhecimento produzido pelo Serviço Social

Durante o desenvolvimento do Serviço Social no País, várias correntes de pensamento exerceram influência sobre a profissão. Essas correntes incluem o positivismo, a fenomenologia e o materialismo dialético, sendo esta última particularmente importante na perspectiva teórico-crítica para a leitura da realidade. Esse desenvolvimento se traduz em uma produção crítica de conhecimento social da realidade contemporânea, que é elaborada por assistentes sociais (Lara, 2007).

O Serviço Social brasileiro emergiu durante o processo de expansão urbano-industrial entre as décadas de 1930 e 1940. Nesse contexto, iniciativas originadas de diferentes frações de classes sociais responderam à crescente demanda social no país. Esse período coincidiu com o surgimento da chamada questão social, que trouxe para o centro das discussões a conjuntura nacional. Representações do Estado, juntamente com a classe empresarial e a Igreja Católica, buscaram gerir as tensões sociais. É nesse ambiente histórico, social e político que o Serviço Social encontrou o terreno para ser reconhecido como uma profissão (Koike *et al.*, 1997).

O Serviço Social encontrou na Igreja Católica o impulso necessário para sua afirmação social, especialmente na formação e qualificação de um corpo profissional destinado a trabalhar com famílias operárias (Koike *et al.*, 1997). Segundo Pinto (1986), uma forte influência da ação católica, embasada na filosofia *neotomista*, delineou a primeira fase da profissão, que se caracterizou por um viés doutrinário e moral.

Os anos iniciais da história do Serviço Social brasileiro foram marcados por influências europeias (franco-belgas e americanas) que moldaram o ensino nas primeiras escolas da área. Nesse contexto, o Serviço Social era concebido como vocação, caridade e repressão, enquadrando-se na perspectiva predominante da época. Com traços conservadores e tradicionalistas, influenciados pela vertente católica, a prática profissional era assistencialista, orientada para a prestação de orientações aos clientes (Pinto, 1986).

No ano de 1936, a primeira escola de Serviço Social foi inaugurada em São Paulo, seguida, no ano seguinte, pela fundação da segunda escola no Rio de Janeiro. Os anos subsequentes marcaram a abertura de novas escolas e a elaboração de currículos. Até 1949, já havia quinze escolas de Serviço Social pelo Brasil, incluindo a inauguração da escola na Bahia. Esse número aumentou para 28 até o ano de 1959. Em apenas uma década, mais de dez escolas foram estabelecidas (Iamamoto; Carvalho, 2011).

No período de 1940, a influência americana da corrente positivista marcou o Serviço Social sob uma abordagem tecnicista. Métodos como o Serviço Social de caso, grupo e comunidade foram incorporados à formação, com o foco no indivíduo como centro do problema. A prática profissional dessa época tinha uma abordagem terapêutica, e as ações visavam abordar o desajustamento social do sujeito (Pinto, 1986).

Esse contexto coincidiu com um cenário de significativo crescimento econômico impulsionado pela industrialização no Brasil. O movimento dos trabalhadores urbanos estava em ascensão, reivindicando seus direitos. Isso exigiu uma mudança no pensamento e na ação do Serviço Social, buscando racionalizar a profissão e instrumentalizar suas práticas com base nas influências norte-americanas (Pinto, 1986).

A década de 1940 marcou a segunda fase do Serviço Social, caracterizada por uma abordagem instrumental e empirista. Nesse período, o indivíduo era visto como agente de desenvolvimento, e a perspectiva funcionalista buscava promover a integração social. No entanto, essa visão individualista deixava de considerar os aspectos sociais, políticos e econômicos que influenciavam a vida das pessoas (Ammann, 1984).

A corrente de pensamento positivista dominava a cena e tentava atender às demandas sociais e de poder originadas pela divisão social do trabalho. Isso influenciou a construção do conhecimento e fortaleceu a tendência de definir um objeto exclusivo para cada ramo das ciências (Ammann, 1984). Para adquirir uma base científica, o Serviço Social rompeu com seu caráter confessional e conservador, alinhando-se à tradição positivista.

Buscando estreitar a relação entre teoria e prática, a racionalização e institucionalização da ação profissional se basearam em influências americanas. Com a crescente demanda por profissionais nas esferas estatais, organizações privadas e filantrópicas, o objetivo era formar assistentes sociais capazes de formular, implementar e executar políticas públicas e privadas. Eles também buscavam garantir o acesso aos serviços sociais relacionados a cada política (Koike *et al.*, 1997).

Em meados da década de 1950, a regulamentação do ensino na área ocorreu sob o governo de Getúlio Vargas, com o Decreto-lei n.º 35.311 de 1954. Esse decreto definia a finalidade do curso de Serviço Social no Brasil.

No seu artigo 2º prevê [...] I – promover a formação de pessoal técnico habilitado para execução e direção do Serviço Social; II – aperfeiçoar e propagar conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social; III – contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas (Pinto, 1986, p. 25).

Naquele contexto histórico e social, o Brasil estava vivenciando uma intensificação das movimentações políticas e do aparelhamento do Estado. Nessa conjuntura, a profissão de Serviço Social se viu diante da necessidade de adotar uma postura mais crítica, integrando-se à sociedade e contribuindo para o processo de desenvolvimento do país. As demandas e particularidades do Brasil tornaram-se evidentes, exigindo uma atenção especial por parte do Serviço Social.

É nesse ponto que Pinto (1986, p. 26) destaca:

A sociedade brasileira, impulsionada pelo nacional-desenvolvimentismo, exige uma resposta do Serviço Social para que as populações marginalizadas possam efetivamente se “integrar” à sociedade e contribuir para o processo de desenvolvimento do país.

Na entrada dos anos 1960, em meio à efervescência do cenário econômico e político, o Serviço Social iniciou um questionamento do então modelo positivista. Através de uma mobilização interna nas suas bases, a profissão passou a buscar uma fundamentação teórica que contrapusesse o tradicionalismo, adotando uma visão crítica da sociedade e das problemáticas que dela decorrem, afetando a vida dos sujeitos sociais. Nesse contexto, o movimento de renovação desencadeou mudanças profundas no Serviço Social, resultado de debates e questionamentos que permearam a profissão.

O processo de renovação do Serviço Social no Brasil representou uma quebra com o tradicionalismo que até então predominava na profissão. Nesse contexto, a categoria profissional deparava-se com um questionamento crucial: como as/os assistentes sociais responderiam as novas demandas decorrentes das transformações na sociedade brasileira, especialmente no âmbito da classe subalterna - a classe trabalhadora?

Por outro lado, essa movimentação de renovação dividiu a categoria em dois grupos distintos. De um lado, havia aqueles que advogavam por uma ruptura completa com as práticas teórico-metodológicas e ético-políticas estabelecidas, sendo caracterizados como um grupo de postura radical. Por outro lado, o segundo grupo mantinha uma abordagem tradicional, argumentando que o Serviço Social apenas precisava de uma renovação para se adequar às novas exigências.

Entretanto é importante destacar que o questionamento realizado constituía uma crítica à prática das(os) assistentes sociais, que frequentemente se mostrava conservadora devido à influência do tradicionalismo. Essa crítica apontava para práticas repetitivas, uma inclinação excessiva para abordagens psicologizantes, uma base teórica frágil para explorar as complexidades da realidade social cotidiana e uma limitada capacidade de atender as demandas da classe trabalhadora.

O movimento de renovação conseguiu, de fato, romper com o tradicionalismo, mas, apesar disso, o conservadorismo ainda se manifestava. Esse resultado derivou do fato de que a ruptura não ocorreu no âmbito da postura política, mas sim nas práticas concretas das/os profissionais.

O movimento político de 1964, marcado pelo militarismo e a instauração de um governo autoritário no país, coincidiu com uma intensa agitação política na sociedade que culminou no golpe militar. A autocracia burguesa se caracterizou pelo modelo econômico adotado no Brasil, no qual o país buscava atender às exigências do capital globalizado, com o Estado desempenhando o papel de gestor desse processo de concentração e centralização do capital — o chamado capitalismo monopolista.

O então cenário resultava no agravamento das questões sociais e na vinculação das políticas públicas à valorização do capital, entre outras demandas. Tais condicionantes afetavam o Serviço Social em duas esferas: na prática profissional e na formação acadêmica. Era necessário um profissional funcional e pragmático, afastado de abordagens humanistas e abstratas. Observava-se uma mudança em suas funções à medida que os profissionais eram incorporados às instituições (tanto públicas quanto privadas) para atender às demandas apresentadas.

Esse contexto sociopolítico impulsionou um aumento notável e abrangente nas áreas de atuação das(os) assistentes sociais. Além do Estado, que continuava sendo o principal empregador, as oportunidades de trabalho também se estenderam para empresas de diferentes portes, tanto no

âmbito macro quanto micro, bem como para as indústrias que buscavam a mediação das(os) assistentes sociais para lidar com conflitos internos entre as(os) trabalhadoras(es).

Existe um consenso na literatura de que a transição dos anos 1960 para a década de 1970 foi marcada pelo reconhecimento da questão social como o objeto central da atuação profissional do Serviço Social. Esse reconhecimento derivou da reflexão e análise aprofundada da sociedade, resultando do acúmulo de conhecimento e da maturidade alcançada pela profissão. Esse processo de amadurecimento profissional abriu caminho para um diálogo mais estreito entre o Serviço Social e as Ciências Sociais. Até então, o conservadorismo prevalecente, que incluía diversas teorias sociais, havia inviabilizado qualquer interação significativa com a tradição Marxista (Netto, 2022).

Ammann (1984) destaca que, originado dos organismos sociais e do posicionamento do Serviço Social dentro do processo de inserção e consolidação na sociedade, a profissão inicialmente era caracterizada pelo pragmatismo das ações, executadas sem uma reflexão aprofundada sobre a prática e os fenômenos sociais que a sustentavam. As ações eram orientadas por “regras e conceitos fragmentados das ciências sociais” (Ammann, 1984, p. 144).

Com o processo de institucionalização, uma corrente teórica crítica começa a mobilizar parte da profissão. Em meio ao processo de produção de conhecimento, emerge uma perspectiva oposta àquela previamente predominante. Essa nova perspectiva adota uma visão de totalidade social, desafiando a abordagem anterior fragmentada. O Serviço Social, ancorado nessa compreensão de totalidade social, tem se afirmado nas últimas décadas como uma força vital no desenvolvimento do conhecimento, participando ativamente na construção do saber ao abordar seus objetos de ação sob uma perspectiva holística.

Ao contextualizar o Serviço Social como uma profissão que cria conhecimento e um saber específico na esfera social, torna-se claro que a pesquisa desempenha um papel fundamental na geração de conhecimento e na evolução do saber que a profissão representa. Ammann (1984, p. 145) destaca a contribuição essencial para o conhecimento produzido socialmente pelo Serviço Social afirmando, que “no Serviço Social trata-se de construir um saber que se situe, não só como fator explicativo e unificador da transformação social, mas que contribua efetivamente para o processo de mudança”.

A intersecção com fontes teóricas, a busca pelo rigor científico e a adoção de uma perspectiva crítica permitiram ao Serviço Social estabelecer conexões com as Ciências Sociais. Esses elementos são de importância primordial para a consolidação da profissão como produtora de um conhecimento específico no âmbito do Serviço Social, e essas transformações se tornam evidentes ao longo do processo de amadurecimento profissional. A trajetória histórica da reflexão profissional não se cristaliza em uma teoria isolada; em vez disso, ela está entrelaçada com os desdobramentos inerentes à maneira peculiar de construir seus próprios conhecimentos (Silva, 1992).

A consolidação do conhecimento social produzido pelo Serviço Social

A inserção do Serviço Social na grande área das Ciências Sociais está diretamente ligada à mudança de postura da profissão no início dos anos 1970. Essa reconfiguração, em parte, deve-se à interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. Retomar os aspectos da trajetória profissional permeados por essa influência teórica é fundamental, pois essa relação contribuiu para a consolidação do conhecimento social produzido por assistentes sociais. Isso é essencial tanto para o fortalecimento da produção científica quanto para o reconhecimento na área.

O desenvolvimento do Serviço Social nas décadas anteriores, vinculado às vertentes católicas do passado recente, propiciou o surgimento da profissão no Brasil. É importante destacar que esse contexto envolve questões emblemáticas e problemáticas que persistem até hoje e englobam uma gama de novas demandas. Toda essa trama está entrelaçada na dinâmica real das relações sociais e reflete a implantação da profissão no país (Netto, 1996).

As transformações sociais ocorridas nas décadas subsequentes representam mudanças substanciais na sociedade capitalista, refletindo um processo de reestruturação das necessidades sociais por meio da criação de novos mecanismos para impulsionar a produção e reprodução social.

A produção capitalista se desenrola dentro de um contexto de relações sociais que englobam as dimensões de classe, gênero, raça e etnia, e estão moldadas por uma configuração histórica específica, na qual a realidade histórica é levada em conta. A realização da produção exige tanto a produção quanto a reprodução dos meios de subsistência. Em outras palavras, a “[...] reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 79).

Portanto, a questão social surge da relação entre o capital e o trabalho e das implicações decorrentes dessa relação. A “questão social é intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo” (Netto, 2011a, p. 157).

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”*; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são *indissociáveis* da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (destaques originais do autor).

Uma vez exposta a contradição inerente ao sistema capitalista, caracterizada pelo conflito entre capitalistas e trabalhadores, emerge a organização da classe trabalhadora, que busca melhorias em suas condições de vida e trabalho por meio de suas reivindicações. Tais lutas de classe ocupam um lugar central na dinâmica da produção capitalista, sendo impulsionadas pelas relações antagônicas e contraditórias que constituem a própria essência da questão social (Santos, 2012).

Portanto, compreendemos a questão social como uma construção moldada por uma realidade histórica específica, sua origem enraizada em uma estrutura social determinada pelos elementos estruturais do capitalismo. Nesse contexto, é crucial considerar as nuances sócio-históricas e culturais de cada sociedade (Netto, 2011a).

A análise sustenta que o escravismo no Brasil serviu aos propósitos do capitalismo em suas primeiras formas de configuração. Baseado nessa perspectiva, entendemos o capitalismo no Brasil como derivado da generalização do trabalho livre, marcado por um passado recente de escravidão. Esse processo de industrialização ocorre em plena maturação, dando origem a um mercado de trabalho com características capitalistas, porém de natureza heteronômica e excludente, diferindo das nações centrais. O fenômeno é caracterizado como capitalismo tardio, devido ao país estar em condição de subdesenvolvimento.

Nesse contexto social já transformado e moldado por determinações incorporadas, emergem contradições e antagonismos entre as classes, através da relação de compra e venda da força de trabalho. Aqui reside o elemento que nos une enquanto classe trabalhadora, englobando aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Esse conceito abrange diversos grupos de trabalhadoras(es) produtivos, representando uma variedade de frações de classe. Consequentemente, essa totalidade da classe trabalhadora é estratificada socialmente por questões de raça e gênero. Portanto, as disparidades se manifestam de maneira diferenciada dentro do espectro que abarca a classe trabalhadora, reforçando a necessidade de compreender as determinações e condicionantes sociais que estruturam a questão social no Brasil.

Assim, a classe trabalhadora brasileira incorpora elementos que singularizam sua formação social, dado o caráter subalterno da inserção do Brasil no mundo capitalista. Reconhecer essas dimensões é de extrema importância para garantir uma discussão abrangente e abalizada.

A partir dessa abordagem mais ampla da formação do capitalismo, podemos estabelecer uma relação entre o surgimento do Serviço Social como profissão e as bases do capitalismo monopolista que caracterizam a sociedade burguesa. A respeito disso, Netto (2011a, p. 18) afirma: “[...] as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a ‘questão social’, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica”.

Nesse contexto, percebemos que a própria dinâmica das relações sociais na sociedade capitalista confere ao Serviço Social as condições específicas para o exercício profissional das(os) assistentes sociais, tendo a questão social como seu objeto de trabalho. Assim, a identidade do Serviço Social como uma profissão especializada é revelada, estabelecida e socialmente reconhecida, inserida na divisão social e técnica do trabalho e diretamente vinculada à questão social (Kameyama, 1998).

As(os) profissionais de Serviço Social participam do processo de reprodução das relações sociais, integrando o conjunto de trabalhadoras(es) assalariadas(os). Elas(es) desempenham um papel no processo de valorização do capital, que é definido pela complexa relação entre as classes sociais. É importante ressaltar que as determinações sociais transcendem a esfera da consciência profissional.

Iamamoto e Carvalho (2011, p. 80) enfatizam:

[...] como diretriz de trabalho, considerar sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais.

Demarcado o cenário, é possível observar como a questão social é constituída como objeto da ação profissional quando há o reconhecimento da questão social pela classe trabalhadora, e enquanto classe, a toma para si — passando a ser elemento de luta a partir do enfrentamento político. É na manifestação no cotidiano da vida social, condicionada pelo antagonismo entre as classes, que a classe trabalhadora passa a exigir outros mecanismos de ação, que ultrapassem a caridade e a repressão.

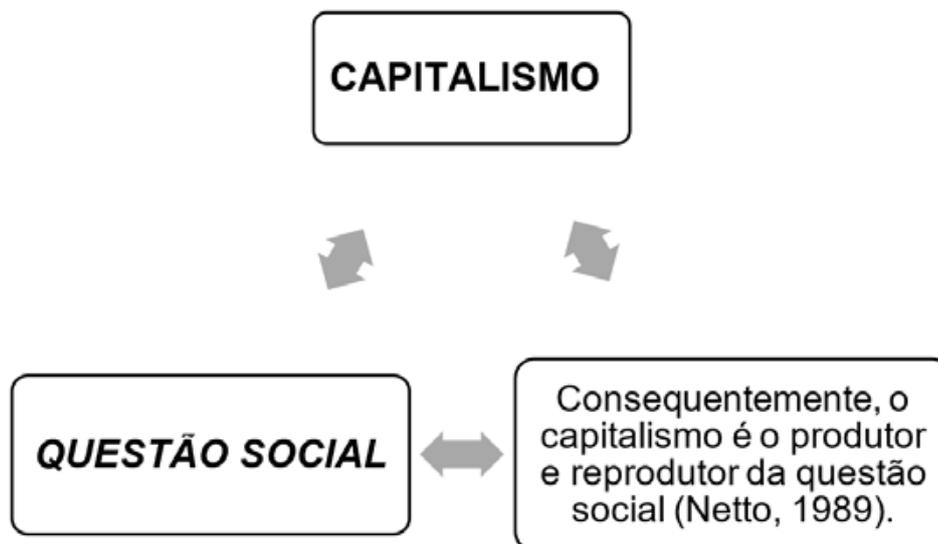
A *questão social* passa, então, a ser central na luta anticapitalista e, acrescentaríamos, também antirracista. Incorpora a dinâmica contraditória entre o *capital* e o *trabalho* para implementar as ações institucionais, que, através do resultado de sua ação realizada no trabalho coletivo e na relação que a/o assistente social constitui com o objeto de seu trabalho, a questão social, as demandas e as requisições a serem atendidas, que por sua vez, decorrem anteriormente do recorte das políticas públicas e sociais determinadas pelos organismos empregadores.

É no âmbito da relativa autonomia, onde tomamos decisões políticas e ideológicas em defesa dos direitos da classe trabalhadora, uma característica que se manifesta na relação específica estabelecida com os usuários (Iamamoto, 2009). Essa dimensão reflete a consciência subjetiva da situação, evidenciada no discurso crítico adotado pela profissão, dando direção objetiva à ação profissional, que, por sua vez, se transforma em ação social.

Portanto é essencial compreender a inserção do Serviço Social nesse contexto social. Podemos inferir a proximidade entre o Serviço Social e a questão social com base em um aspecto comum: o contexto sócio-histórico do capitalismo monopolista, conforme interpretado por Netto (1989), haja visto.

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de *políticas sociais* (Netto, 1996, p. 29).

De modo a ilustrar esse complexo que consiste nas determinações sócio-históricas da indissociabilidade entre capitalismo e questão social, o fluxograma abaixo permite-nos visualizarmos esse processo:



Fonte: informações organizadas pela pesquisadora (2022) com base no referencial teórico utilizado.

A questão social no contexto mais amplo da sociedade burguesa, encontra um elemento comum entre o Serviço Social e as ideias de Marx, porém existe uma diferença cronológica e historiográfica nesse aspecto. Para Marx, a questão social envolve uma tensão teórica e política no âmbito do capitalismo clássico, enquanto, para o Serviço Social, a questão social reflete o processo de institucionalização da profissão no decorrer do capitalismo monopolista, ou seja, a sua identificação como objeto de intervenção profissional.

Nessa relação entre o denominador comum, há uma divergência fundamental. Enquanto o ideário revolucionário de Marx é permeado por uma orientação de transformação radical, o Serviço Social carrega uma vertente conservadora, que marcou seu surgimento no Brasil. Enquanto o pensamento marxista se configura como uma teoria, o Serviço Social é uma profissão e não se define primordialmente como uma teoria.

Além disso, a vertente teórica positivista à qual o Serviço Social se associava é reconhecida como a fundadora das chamadas Ciências Sociais. Através da ciência positivista, a origem da disciplina é revelada, demonstrando sua influência conservadora ao propor a separação e criação de áreas do conhecimento distintas, como sociologia, economia e história (Lara, 2007).

Netto (2022) aponta que a orientação teórica das Ciências Sociais impôs obstáculos à interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista. É relevante destacar que esse afastamento esteve intimamente ligado à gênese histórica da profissão. O conservadorismo que permeava a profissão incorporava teorias sociais conservadoras, o que dificultou qualquer diálogo com a tradição marxista até os anos de 1950 (Netto, 2022). Superados os obstáculos que limitavam a interlocução ético-política e teórico-metodológica com a tradição marxista, essa relação foi estabelecida na década de 1970, marcando um marco significativo na interação entre o Serviço Social e o pensamento marxista (Netto, 1989).

A tradição marxista, compreendendo a obra de Marx, pode ser entendida através de três elementos fundamentais: “método crítico-dialético teoria do valor-trabalho e pela perspectiva da revolução, [...] portanto inscreve-se na tradição marxista toda elaboração teórica que se desenvolva sobre as bases crítico-analítica balizada nesses três elementos” (Netto, 1989, p. 95).

A incorporação do pensamento de Marx por correntes críticas das Ciências Sociais facilitou a interlocução com o Serviço Social. Nos anos 1960, setores do Serviço Social se aproximaram da tradição marxista, impulsionados pelo movimento tradicional da profissão, pelas pressões sociais e pelo movimento estudantil da época, o que influenciou essa aproximação (Netto, 1989). Essa primeira aproximação às fontes marxianas, porém, ocorreu de maneira enviesada.

A sincronia entre os processos sócio-históricos externos e as transformações internas no Serviço Social durante os anos maduros da profissão, especialmente na década de 1970, possibilitou efetivamente a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista. Netto (1989) destaca que Marilda Yamamoto desempenhou um papel significativo nesse sentido, contribuindo teoricamente com critérios pertinentes à tradição marxista e favorecendo essa interlocução, além de colaborar para a consolidação do Serviço Social nas correntes de pensamento crítico.

Portanto, com essa interlocução estabelecida, podemos observar a postura crítica que caracteriza o Serviço Social. Essa postura é fundamentada na reflexão voltada para o objeto de estudo, que envolve a reconstrução da profissão, buscando compreender seu significado na sociedade capitalista contemporânea. Ou seja, trata-se de entender o Serviço Social em sua história, que é moldada pela divisão social e técnica do trabalho, tornando-se parte do processo de produção e reprodução das relações sociais e das contradições de classe (Yamamoto; Carvalho, 2011).

Com essa perspectiva, o Serviço Social passa a discutir tanto seu objeto de trabalho quanto as ações profissionais que estão envolvidas nesse processo. Essas discussões teóricas emergem da articulação estabelecida com as Ciências Sociais Aplicadas, levando a profissão a se inserir na produção de conhecimento. Nesse contexto, o Serviço Social não apenas estuda os complexos sociais, mas também contribui para a construção do conhecimento social sobre a realidade em que atua.

Essa nova interlocução, conforme definida por Netto (1989), vai além do viés que marcou a primeira aproximação. Essa superação se baseia em fatores sócio-históricos relevantes, envolvendo a complexidade da profissão, e não depende apenas de alguns profissionais isolados. Três aspectos se destacam nessa consideração: as condições de trabalho dos profissionais; a dinâmica cultural da sociedade burguesa contemporânea; e a atualidade do processo de revolução em larga escala. Considerando esses aspectos, a tradição marxista fornece elementos essenciais para compreender o significado social da profissão e para orientar o exercício profissional, estimulando a produção teórica das(os) assistentes sociais.

Netto (1989) enfatiza que os benefícios dessa relação são múltiplos e de mão dupla. Essa troca mútua enriquece a tradição marxista ao incorporar os resultados das ações profissionais na realidade social, analisados à luz do materialismo histórico-dialético.

Conseqüentemente, à medida que as demandas teóricas e intelectuais impostas ao Serviço Social aumentam, surgem cursos de pós-graduação e um aumento nas pesquisas para atender às novas circunstâncias enfrentadas pela profissão. De acordo com Koike *et al.* (1997), em 1972, há pouco mais de 50 anos, foram criados os primeiros programas de mestrado em Serviço Social nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, nas Universidades católicas PUC-SP e PUC Rio. Em 1976, o primeiro programa de mestrado em uma universidade federal foi estabelecido, especificamente na UFRJ. Durante esse período, houve uma descentralização da educação de pós-graduação para outras regiões do país: em 1976, a região Sul também inaugurou seu primeiro programa de mestrado em Serviço Social na PUCRS.

Em 1978 e 1979, a descentralização alcançou o Nordeste, com a criação de programas de mestrado em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), respectivamente. Esses marcos na institucionalização de programas de pós-graduação em Serviço Social destacam a relativa recenticidade desse processo (Koike *et al.*, 1997). Na década de 1990, a rede de programas de pós-graduação em Serviço Social foi fortalecida com a criação de novos cursos de mestrado:

- Universidade de Brasília (UnB) – 1991;
- Universidade Estadual Paulista (UNESP) – 1992¹;
- Universidade Federal de Alagoas – 1994, em colaboração com a UFPE;
- Universidade Federal do Pará – 1995;
- Universidade Católica de Pelotas – 1995;
- Universidade Federal do Piauí – 1996, em colaboração com a PUC/SP.

Quase dez anos após a criação do primeiro curso de mestrado em Serviço Social no país, o curso de doutorado foi implantado em São Paulo, na PUC/SP, em 1981, sendo o primeiro na América Latina. Durante a década de 1990, a área de doutorado também avançou, com a implementação do curso na UFRJ e em Franca, na UNESP, em parceria com a UFRJ (Koike *et al.*, 1997). Essa evolução histórica reflete a gradual expansão e consolidação dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, demonstrando o crescimento da oferta e a diversificação dos cursos ao longo do tempo.

A inserção da pós-graduação na área de Serviço Social introduziu uma nova forma de pensar e agir na profissão no Brasil, tornando-se um importante grupo hegemônico ligado à tradição marxista no contexto profissional (Netto, 1989). Esse campo teórico, analisado pelos assistentes sociais na produção de conhecimento social, possibilita que o Serviço Social atue como interlocutor teórico das Ciências Sociais (Netto, 2022).

Entre as décadas de 1980 e 1990, o Serviço Social ganha notoriedade na produção de conhecimento na área das Ciências Sociais, graças à interlocução com a tradição marxista. Essa interação

¹ A UNESP foi a única instituição de ensino superior no Brasil na área de Serviço Social que criou de forma concomitante os cursos de mestrado e doutorado no ano de 1992.

abriu novos espaços de atuação profissional e teve uma influência direta sobre o conhecimento produzido por assistentes sociais. Isso ampliou as discussões que antes se centravam no processo social e no objeto histórico de sua atuação — *a questão social* — para, a partir dos anos 1970, focalizar a atuação profissional nos espaços ocupacionais e socioeconômicos (Netto, 2022).

As análises do Serviço Social no Brasil, fundamentadas a partir de 1990, são relevantes para compreender a conjuntura do país sob a égide das reformas técnicas coordenadas pelo Estado brasileiro, subordinadas a considerações econômicas e vinculadas à abertura do mercado brasileiro, que reduziu parcialmente seu papel organizacional e os fundos públicos destinados ao financiamento de políticas sociais. O ataque às políticas sociais foi intensificado devido ao forte interesse do capital central, influenciado por organismos internacionais, reforçando a incorporação tardia do Brasil à lógica neoliberal.

Dado o contexto sociopolítico vigente, permeado por transformações na sociedade contemporânea que desencadearam um processo de reconfiguração das necessidades sociais, torna-se necessário encontrar respostas para os desafios sociais emergentes naquela época e que projetavam suas ramificações no futuro.

Considerações finais

O conhecimento da realidade é a principal ferramenta de trabalho profissional, conectada aos saberes construídos coletivamente e dentro da própria categoria, orientando suas intervenções em consonância com a dinâmica da sociedade. Diante de uma realidade complexa que fornece o objeto de sua atuação, o Serviço Social se depara com desafios como a agravamento da questão social, as diversas manifestações de pobreza e as desigualdades sociais que estão presentes em seu cotidiano laboral.

Portanto, o conhecimento gerado no campo do Serviço Social está ancorado em estudos que se aprofundam no contexto em que a profissão está inserida. A(o) assistente social busca ressaltar os alicerces científicos da sua área com o propósito de aplicá-los na técnica e no trabalho profissional (Salvador, 1981). É nesse movimento que se destaca a relevância do conhecimento produzido e divulgado pelo Serviço Social, como um meio de compartilhar o que tem sido realizado.

O debate no contexto do Serviço Social sobre a produção de conhecimento acerca da realidade localiza-se na atual cena contemporânea, que está inserida nos parâmetros do capitalismo maduro (monopolista/financeiro), como já delineado anteriormente. Isso implica dizer que a estruturação do capitalismo monopolista proporcionou as condições necessárias para a intensificação do capital e a progressão dos processos de globalização, acompanhados por transformações socioeconômicas, sociopolíticas e culturais. Essas transformações, por sua vez, têm impacto significativo no que diz respeito ao conhecimento, por envolver vários âmbitos da vida em sociedade.

Nessa mesma linha de raciocínio, observamos que o conhecimento social produzido pelo Serviço Social é concebido no campo de uma historicização que corresponde à inserção e consolidação da profissão no panorama social, além do seu reconhecimento como uma área geradora de conhecimento.

É imprescindível direcionar um olhar minucioso para a realidade atual, abordando os dilemas contemporâneos que são relevantes para a pesquisa e que se apresentam como preocupações de estudo. Essas questões impulsionam inquietações profissionais que permeiam a atuação das(os) assistentes sociais no enfrentamento das dificuldades vigentes. Isso se deve ao agravamento da questão social, à ligação das políticas públicas com a valorização do capital e a outras demandas que se manifestam no cotidiano de trabalho das(os) assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. Produção científica do serviço social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 14, p. 144-176, 1984.

BAPTISTA, M. V. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no serviço social. **Cadernos Abess**, São Paulo, n. 5, p. 84-96, 1992. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/06-cadernos-abepss-n5-a-producao-do-conhecimento-social-201702011250426174980.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. D. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências (1975-1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo, v. 8, p. 33-76, 1998.

KOIKE, M. M. S.; JORGE, M. R. T.; WANDERLEY, M. B. W.; IAMAMOTO, M. V. Caracterização da área de serviço social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 76-92, 1997. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/04-caderno-abess-n7-caracterizacao-da-area-de-servico-social-201702011416235375930.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

LARA, R. Pesquisa e serviço social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 73-82, 2007. DOI: 10.1590/S1414-49802007000300008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NwsP3r5mjsrCCwP9G3RYcCh>. Acesso em: 2 fev. 2024.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

NETTO, J. P. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

NETTO, J. P. O serviço social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 30, p. 89-102, 1989.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1996.

PINTO, R. M. F. **Política educacional e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1986.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica, elaboração e relatório de estudos científicos**. 9. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

SANTOS, J. S. “questão social” no Brasil: O nordeste e a atualidade da questão regional. **Temporalis**, Brasília, v. 12, n. 24, p. 239-261, 2012. DOI: 10.22422/2238-1856.2012v12n24p239-261. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/3098>. Acesso em: 5 jan. 2023.

SILVA, L. M. M. R. A construção do conhecimento profissional e o ensino do serviço social. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 6, p. 157-169, 1992.